

GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GE_x
MEMÓRIA DE REUNIÃO

Data: 06 de agosto de 2013, 14h30 às 17h30

Local: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Esplanada dos Ministérios, bloco B, sala multimídia, 5º andar, Brasília/DF.

Pauta: 1. Apresentação da Rede Clima (Paulo Nobre)
2. Informe sobre a elaboração da proposta para a PMR (Ministério da Fazenda)
3. Informe sobre o texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (MMA)
4. Outros assuntos

O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SMCQ/MMA) abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes, apresentando a pauta e convidando o Sr. Paulo Nobre para realizar a apresentação sobre a Rede Clima.

1. Apresentação da Rede Clima

O Dr. Paulo Nobre iniciou sua apresentação abordando a estrutura e os objetivos da Rede Clima. A Rede tem a finalidade de gerar e disponibilizar conhecimento, que poderão embasar políticas públicas sobre o impacto da mudança do clima no Brasil. Foram citados alguns estudos realizados no âmbito da Rede como, por exemplo, o estudo sobre agricultura de baixo carbono desenvolvido pela Embrapa.

Apresentou-se a distribuição da Rede no Brasil, sendo a mesma constituída de 13 sub-redes. Recentemente, foram criadas mais duas sub-redes: Comunicações em Mudança do Clima, e Mudança do Uso do Solo. Conforme dito pelo Dr. Nobre, a Rede Clima possui três eixos estruturantes: segurança hídrica, segurança alimentar/agricultura e segurança energética. Um quarto eixo estruturante seria o impacto da mudança do clima na sociedade, ou seja, a dimensão humana da mudança do clima. Salientou-se que é preciso saber qual o impacto da mudança do clima na vida das pessoas.

Posteriormente foi apresentada a Rede Clima em números e alguns dos principais motivadores de sua criação (o número de eventos extremos mundiais; o furacão Catarina em 2004; e a anomalia na temperatura da superfície e do ar no Brasil).

Informou-se que atualmente a Rede Clima está desenvolvendo o Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre – BESM e que isto implicará na criação de uma nova geração de estudantes e pesquisadores brasileiros. Com o referido modelo será possível, por exemplo, avaliar o papel das florestas brasileiras na mudança do clima; o efeito do estresse hídrico na agricultura; a influência nas inundações; o potencial de emissão de gases de efeito estufa nas usinas hidrelétricas amazônicas; a relação entre cidades e erosões costeiras, elevação do nível do mar e saneamento; variabilidade do clima e saúde.

O Dr. Paulo Nobre concluiu sua apresentação enfatizando que a Rede Clima é um acervo nacional à disposição dos Ministérios.

Dedicou-se então um momento para apresentação de comentários e questionamentos.

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) questionou sobre o interesse da Rede Clima em avaliar a interação entre os três eixos estruturantes da Rede citados anteriormente. O palestrante respondeu que há o interesse em avaliar o impacto de um eixo sobre o outro e os usos que se sobrepõem.

Representante do Ministério de Minas e Energia (MME) comentou referência do palestrante a estudo sobre emissões de hidrelétricas e solicitou confirmação sobre similaridade do estudo referenciado com outras iniciativas desenvolvidas por outras instituições de pesquisa.

O Secretário da SMCQ/MMA solicitou que o Dr. Nobre comentasse como poderia ser promovida uma maior interação entre a Rede e o Governo.

O Dr. Nobre sugeriu a criação de um programa de colóquios, com possibilidade de realizar de uma a três reuniões anuais, para discussão de temas específicos que necessitem de uma decisão política ou que apresentem lacunas de conhecimento.

Para encerrar, esclareceu que o Painel Brasileiro de Mudança do Clima (PBMC) não gera conhecimento como a Rede Clima. O PBMC está mais voltado para a compilação do estado da arte do conhecimento sobre mudança do clima.

2. Informe sobre a elaboração da proposta para a PMR

O representante do Ministério da Fazenda (MFazenda) informou que a PMR (*Partnership for Market Readiness*) é uma parceria apoiada pelo Banco Mundial que visa promover o diálogo e cooperação entre países desenvolvidos (doadores da iniciativa), e um grupo relevante de países em desenvolvimento com interesse em desenvolver estratégias inovadoras para a mitigação da mudança do clima. Os países implementadores da PMR são, além do Brasil, África do Sul, Chile, Colômbia, Costa Rica, Índia, Indonésia, Jordânia, México, Marrocos, Peru, Tailândia, China, Turquia, Ucrânia e Vietnã.

Foram apresentados exemplos de iniciativas apoiadas pela PMR que estão em implementação em alguns desses países. No México a PMR está apoiando o desenvolvimento de um registro para as emissões reduzidas graças aos NAMAs adotados pelo país, com o objetivo de criar condições para que essas ações possam ser financiadas pelos mercados de carbono internacionais. Na Turquia estão sendo realizados trabalhos para a preparação institucional para o estabelecimento de um mercado de emissões doméstico. Na África do Sul está sendo considerada a adoção de um imposto de carbono. Já na China estão sendo realizados estudos e trabalhos preparatórios para a criação de um mercado de emissões em nível nacional, aproveitando a experiência em curso no âmbito dos sete mercados-piloto estabelecidos em diferentes regiões do país.

No Brasil, este trabalho está sendo conduzido pelo Ministério da Fazenda. A etapa atual prevê a continuidade de estudos para a preparação de uma proposta do país, considerando a apresentação de um projeto que poderá receber o financiamento da PMR. Busca-se aprofundar estudos baseados em quatro componentes:

- custos marginais de abatimento;
- modelagem econômica sobre instrumentos de precificação de carbono;
- requisitos gerais para mercado e imposto de carbono;
- experiência internacional com o imposto de carbono (o que deu certo ou não em outros países).

A partir dessas análises será formulada uma proposta para ser apresentada à PMR, que poderá apoiar o aprofundamento de estudos e eventualmente trabalhos de preparação para a implementação de instrumentos que possam contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Três linhas de atuação estão sendo cogitadas para o desenvolvimento de um projeto do Brasil para a PMR:

Linha 1 – Desenvolvimento do Sistema Nacional de Reporte de emissões no nível de plantas (Registro)

Linha 2 – Análise do potencial e dos impactos da adoção de instrumentos de precificação/mercado de carbono

Linha 3 – Apoio a iniciativas estaduais de precificação de carbono

Para os meses de setembro e novembro está previsto um diálogo com Estados para apresentar o escopo da PMR e avaliar o potencial para que o projeto do país no âmbito da Parceria contribua para as iniciativas estaduais, e de que forma esse apoio poderia se materializar. O escopo do projeto do país para a PMR será apresentada ao GEx até o final do ano, detalhando as atividades a serem empreendidas. Com vistas a cumprir os prazos estabelecidos pela Parceria, tem-se como objetivo finalizar uma proposta no início de 2014 a ser apresentada para a consideração da Assembleia da PMR.

Posteriormente, por solicitação do Secretário da SMCQ/MMA, o representante do MFazenda expôs alguns elementos sobre sua temporada como visitante do Banco Mundial, e sinalizou que existem várias oportunidades para que os Ministérios utilizem aquele Banco como clientes para o desenvolvimento de oportunidades nas áreas de agricultura de baixo carbono, energia e outras. Segundo ele, alguns estados manifestaram o interesse de desenvolver algo no âmbito da PMR (RJ e MG).

Entre outros elementos no contexto do debate que se seguiu após a intervenção do representante do MFazenda, representante do MMA questionou sobre o que os países sinalizam em relação à demanda por créditos de carbono, no que se refere à discussão sobre mercado de carbono. O representante do MFazenda respondeu que essa é uma questão que ainda gera bastante dúvidas entre os envolvidos na PMR. No caso do México, por exemplo, sua iniciativa que está sendo apoiada prevê a preparação de um instrumento cuja viabilidade econômica depende de um cenário com uma demanda maior do que a atual, e essa foi uma das fontes de crítica da proposta mexicana quando foi apresentada no âmbito da PMR. A maioria dos países está pensando em trabalhar com as peças fundamentais (*building blocks*) anteriores ao estabelecimento de instrumentos de mercado ou de taxaço. Não houve uma discussão formal sobre a criação de um instrumento internacional (um mercado de carbono global), pois o foco do trabalho tem sido instrumentos domésticos.

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) manifestou ser importante coordenar as iniciativas estaduais de modo que sejam convergentes e não dupliquem esforços. Também ressaltou, com base em sua participação na última reunião da PMR, o foco eminentemente propositivo das discussões realizadas no âmbito da parceria, que busca oferecer apoio financeiro e técnico para estratégias nacionais voltadas para a precificação do carbono, contemplando uma gama bastante diversa de alternativas nacionais.

3. Informe sobre o texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (MMA)

O representante do MMA informou sobre a necessidade de alterações no cronograma de atualização do Plano Clima, questionando sobre a concordância dos membros do GEx com as datas propostas. O grupo concordou que fosse realizada uma reunião do grupo reduzido de redação em 19/08, bem como uma reunião de trabalho com representantes do GEx e coordenadores dos Planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas em 28/08 para apreciação das propostas apresentadas nos Diálogos Setoriais coordenados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). Esta última seria uma oficina de dia inteiro com o objetivo principal de apreciação das propostas, para que se possa avaliar a sua adequação no que se refere ao trabalho de atualização do Plano, procurando-se registrar na ocasião as justificativas sobre as decisões tomadas em relação às respectivas propostas.

Com relação ao texto do Plano, informou-se sobre a divisão do item “Objetivos” em dois blocos (planos constantes dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 6º do Decreto 7390/2010). No bloco referente aos planos contidos no parágrafo 1º restava consolidar o texto do PPCDAM e PPCerrado de acordo com a estrutura única já realizada para os demais planos e houve a inserção de *links* que permitem o acesso ao texto completo dos planos.

Para a parte de vulnerabilidade, impactos e adaptação, a equipe do DLAA/MMA apresentou um texto mais enxuto.

Em “Outras Iniciativas em desenvolvimento”, a parte de REDD ainda precisa ser acordada entre MMA, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). Registrou-se que o MRE apresentou novas observações para o texto.

No item referente a “Educação, Capacitação e Comunicação”, uma reunião com o Ministério da Educação, Casa Civil e FBMC está sendo articulada para elaborar o texto.

Em “Instrumentos para Implementação das Ações” falta formular um pouco mais a redação, reduzindo o tamanho do texto. A parte de cooperação internacional foi retirada desse item. O DLAA/MMA sugeriu incorporar neste item o texto apresentado nas oficinas de atualização do Plano Clima. A representante da Casa Civil esclareceu que o Plano Clima tem foco nos instrumentos para implementação do Plano Clima e não dos Planos Setoriais.

Registrou-se, por fim, que o MRE enviou sugestões gerais sobre o texto e os outros representantes do GEx e demais Ministérios foram convidados a fazerem o mesmo no sentido de se buscar sempre o aperfeiçoamento do texto.

Encaminhamentos

- No dia 16/08 seria realizada oficina com as instituições que apresentaram contribuições nos Diálogos Setoriais coordenados pelo FBMC;
- Reuniões subsequentes no âmbito do GEx sobre a Atualização do Plano Clima:

19/08 – Reunião do grupo de redação do GEx (consideração das partes do texto de atualização do Plano Clima que ainda necessitam de refinamento);

28/08 – Reunião de trabalho, com membros do GEx e coordenadores dos Planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, para apreciação das propostas advindas dos Diálogos Setoriais.